

RECURSO ESPECIAL Nº 1.418.129 - RN (2013/0378709-9)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : DIONE CÂMARA
ADVOGADOS : JOBEL AMORIM DAS VIRGENS - RN000406
ANTÔNIO TAUMATURGO DE MACEDO SILVEIRA -
RN005889

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pela Fazenda Nacional, com amparo na alínea "a" da CF/1988, contra acórdão do TRF da 5ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 93):

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. TAXA DE OCUPAÇÃO. DOMÍNIO ÚTIL. ALIENAÇÃO. RESPONSABILIDADE DO ADQUIRENTE. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE ACOLHIDA. ILEGITIMIDADE CONFIGURADA. RECURSO IMPROVIDO.

I - Ocorrida a transferência do domínio útil de terreno de marinha, sobre o qual incide a cobrança da taxa de ocupação, é parte ilegítima a executada, ora recorrida, vez que a mesma juntou aos autos documentação idônea, comprovando a transferência do imóvel descrito na inicial a terceiros, que a substituiu em direitos e obrigações.

II - Em se tratando de negócio jurídico realizado antes da Lei nº 9.636/98, o adquirente fica responsável pelo pagamento da taxa de ocupação de terreno de marinha, independentemente de comunicação à Secretaria de Patrimônio da União - SPU.

III - Apelação improvida.

A recorrente alega a ofensa ao art. 267, VI, do CPC/1973.

Afirma que o acórdão combatido, ao manter a sentença que julgou procedente a exceção de pré-executividade, decretando a nulidade da execução em face da ilegitimidade passiva da executada, negou vigência ao dispositivo legal apontado, visto que a recorrida possui legitimidade passiva.

Contrarrazões às e-STJ, fls. 109-117.

Parecer do Ministério Público Federal (e-STJ, fls. 134-137) pelo improvimento do recurso especial.

É o relatório.

Inicialmente, verifica-se que não tendo o acórdão impugnado expedido qualquer juízo de valor sobre o art. 267, VI, do CPC/1973, a pretensão recursal esbarra em vício formal intransponível, qual seja, a ausência de prequestionamento – requisito viabilizador da abertura desta instância especial

Superior Tribunal de Justiça

–, atraindo, portanto, o óbice da Súmula 211 do STJ.
Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. COMPRA E VENDA DE BEM IMÓVEL. INDENIZAÇÃO. DANO MORAL E MATERIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211/STJ. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. ANÁLISE. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. A falta de prequestionamento da matéria suscitada no recurso especial, a despeito da oposição de declaratórios, impede seu conhecimento, a teor da Súmula nº 211 do Superior Tribunal de Justiça.

[...]

6. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1.276.431/SP, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/9/2019, DJe 18/9/2019)

Ademais, a admissibilidade do recurso especial reclama a indicação clara dos dispositivos tidos como violados, bem como a exposição das razões pelas quais o acórdão teria afrontado a cada um deles, não sendo suficiente a mera alegação genérica. Dessa forma, o inconformismo se apresenta deficiente quanto à fundamentação, o que impede a exata compreensão da controvérsia.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. CONCURSO PÚBLICO. PRETERIÇÃO. DIREITO À NOMEAÇÃO. CADASTRO DE RESERVA. CONFIGURAÇÃO. VIOLAÇÃO A NORMATIVOS CONSTITUCIONAIS. INADEQUAÇÃO RECURSAL. SÚMULA 284/STF. VIOLAÇÃO A NORMATIVOS FEDERAIS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. RAZÕES GENÉRICAS. SÚMULA 284/STF. CARÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ.

1. O recurso especial não é a via adequada para impugnar acórdão de Tribunal Regional Federal tendo uma norma constitucional como parâmetro de controle. Hipótese, por extensão, da Súmula 284/STF.

2. A alegação de violação ao art. 535 do CPC/1973 ou ao art. 489 do CPC/2015 exige do recorrente a indicação de qual o texto legal, as normas jurídicas e as teses recursais não foram objeto de análise nem de emissão de juízo de valor pelo Tribunal da origem, pena de a preliminar carecer de fundamentação pertinente. Inteligência da Súmula 284/STF.

3. Não cumpre o requisito do prequestionamento o recurso especial para

Superior Tribunal de Justiça

salvaguardar a higidez de norma de direito federal não examinada pela origem, que tampouco, a título de prequestionamento implícito, confrontou as respectivas teses jurídicas. Óbice da Súmula 211/STJ.

4. Recurso especial não conhecido.

(REsp 1.820.798/RN, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/8/2019, DJe 20/8/2019)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

